

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ-ICESPI
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA

**OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA OBRA *DISCURSO SOBRE
A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS* DE
JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

Teresina

2017

FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA

OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA OBRA *DISCURSO SOBRE
A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS* DE
JEAN-JACQUES ROUSSEAU

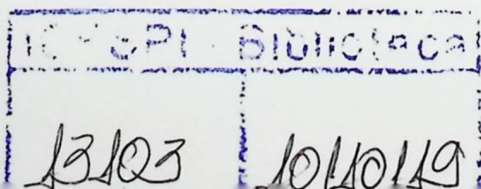
**OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA OBRA *DISCURSO SOBRE
A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS* DE
JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em Filosofia pelo Instituto
Católico de Estudos Superiores do Piauí, sob a
orientação da Profa. Ma. Elisângela Amaral
Soares Osório.

Cod. 5898
100
67324
Ex. 02

Teresina

2017



FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA

**OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA OBRA *DISCURSO SOBRE
A ORIGEM E OS FUNDAMENTOS DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS* DE
JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de
Estudos Superiores do Piauí, sob a orientação da
Profa. Ma. Elisângela Amaral Soares Osório.

Data de aprovação: _____ de _____ de _____

Banca examinadora

Professora Ma. Elisângela Amaral Soares Osório

Orientadora

Professor Dr. Raimundo Batista dos S. Júnior

Leitor I

Professora Dra. Ana Beatriz Seraine

Leitor II

REFLEXÃO

Reflexão: O que é a reflexão? É um ato de pensar, de considerar algo com cuidado e atenção. É um processo que nos permite entender melhor o mundo ao nosso redor e a nós mesmos. É uma ferramenta essencial para o crescimento pessoal e profissional. A reflexão pode ser feita de muitas maneiras, desde a simples observação até a análise profunda. É importante dedicar tempo para a reflexão, pois ela nos ajuda a tomar decisões mais conscientes e a lidar melhor com os desafios da vida.

Para muitos, a reflexão é um ato de introspecção, de olhar para dentro de si mesmo. É uma maneira de conectar-se com os próprios sentimentos, pensamentos e valores. É uma forma de se conhecer melhor e de encontrar significado na vida. A reflexão também pode ser feita em grupo, através de discussões e debates. Isso nos permite compartilhar nossas ideias e experiências com os outros e aprender com eles. A reflexão é uma prática que pode ser incorporada ao nosso dia a dia, tornando-nos mais conscientes e mais capazes de lidar com a complexidade do mundo.

Não posso deixar de citar o grande filósofo, Sócrates, que dizia: "Conhece-te a ti mesmo". Essa frase é uma chamada para a reflexão, para que cada um de nós se conheça melhor e viva de acordo com seus valores. A reflexão é uma jornada, não um destino. É um processo contínuo que nos ajuda a evoluir e a crescer. É uma maneira de encontrar a verdade e a sabedoria. É uma ferramenta que todos nós devemos ter em nosso arsenal. A reflexão é o caminho para a liberdade e a felicidade.

Concluo esta reflexão com a certeza de que a reflexão é uma prática essencial para a vida. É uma maneira de se conhecer melhor e de encontrar significado na vida. É uma ferramenta que todos nós devemos ter em nosso arsenal. A reflexão é o caminho para a liberdade e a felicidade.

Dedico esta reflexão a Deus, luz divina, que clareia o meu horizonte e dissipa as trevas do medo ajudando-me a dar passos além das minhas próprias forças.

À minha família e aos meus amigos que ao longo da caminhada estendem as mãos e me fazem entender que eu não estou só a caminhar

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Sabedoria Eterna, que desde sempre e para sempre cuida de mim e jamais me abandonou, sobretudo, nos momentos mais difíceis durante este curso quando diante de cada desafio surgido, porém superado, vi o seu amor e a sua grandeza operando em mim. Não tenho dúvidas de que se até aqui cheguei foi pela graça do Senhor Onipotente que desde o início da história da humanidade se utiliza de homens simples e incapacitados para através deles realizar grandes proezas como manifestação do Seu Poder. Sei que não basta apenas ter vários conhecimentos, mas devemos confiar sempre mais Naquele que é a fonte da Sabedoria, Deus.

Meus sinceros agradecimentos também a minha família. Sou eternamente grato aos meus queridos pais, Francisco e Lúcia, que me deram a vida e sempre se esforçaram o máximo para que eu pudesse ser o melhor possível. Agradeço pelo amor e o carinho com que sempre me protegeram e também por me ensinarem com os seus testemunhos de vida que a verdadeira sabedoria consiste em ser honesto e em fazer o bem e que ser feliz não é ter tudo que queremos, mas ser gratos por tudo o que temos como dons vindos de Deus. De igual modo, agradeço aos meus irmãos que sempre me apoiam na caminhada, sendo para mim muito mais que irmãos, amigos nos quais posso confiar em qualquer momento da vida.

Não posso deixar de dizer o quanto sou grato a Diocese de Picos, na pessoa de sua Excelência Reverendíssima dom Plínio José Luz da Silva, bispo diocesano, por acreditar na minha vocação e nela investir, dando-me a possibilidade de estar concluindo esta primeira etapa da formação inicial em direção ao ministério ordenado. Isso é possível graças à generosidade do povo de Deus que forma aquela Igreja particular, de modo especial ao Projeto Amigos do Seminário que com suas orações constantes e a ajuda material contribuem para a formação dos futuros padres de nossa diocese.

Gratidão aos meus formadores, desde o Seminário Propedêutico em Picos, na pessoa do Pe. Francidilso Silva do Nascimento, bem como os do Seminário Maior em Teresina, Pe. Aerton Marcos, Padre Antônio Soares e Pe. João Paulo Moreira, nos quais agradeço aos demais formadores. Sou-lhes imensamente agradecido pelo acompanhamento formativo e pelos laços de amizade construídos entre nós, durante esta primeira etapa da formação inicial.

Quero ainda agradecer aos meus irmãos de diocese pela acolhida que tive desde que aqui cheguei há três anos e que vem sendo manifestada a cada dia em nossa boa convivência e no desejo de firmarmos desde agora a comunhão entre nós e sermos deste modo exemplo de unidade para o povo de Deus. Faço um agradecimento especial aos seminaristas Francisco

Ramires e Marcos Vinícius, por terem me ajudado na construção deste trabalho monográfico, por terem muitas vezes deixado suas próprias atividades para estarem comigo, dando-me as orientações necessárias e o incentivo para concluí-lo. De igual modo agradeço ainda ao seminarista Fernando Pereira, também meu irmão de diocese, com qual tive a oportunidade de conviver durante este ano e que foi para mim um apoio, referência de irmão mais próximo e amigo nas horas mais precisas.

Dirijo os meus agradecimentos às professoras Ma. Elisângela Amaral Soares Osório e Dra. Ana Beatriz Seraine, pela orientação neste trabalho. Agradeço por terem aceitado conduzir-me na construção deste trabalho, pela responsabilidade e competência com que assumiram esta missão. Obrigado por terem me ajudado tanto, sendo referência para mim e me transmitindo sempre confiança. Na pessoa da professora Ana Beatriz, agradeço aos demais professores do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí-ICESPI, sobretudo aqueles que foram meus professores durante o Curso de Filosofia.

Agradeço enfim a cada um que direta ou indiretamente tem me ajudado a persistir na busca da realização dos meus sonhos. Chego ao final deste curso convicto de que sozinho não posso ir a lugar nenhum. Minha maior alegria é saber que ao longo do caminho existem pessoas que estão dispostas a caminhar comigo, mostrando-me por onde ir e fazendo-me acreditar que é possível chegar onde quero, desde que não perca de vista o rumo certo e tenha a humildade de me deixar guiar por aqueles que já possuem mais experiência. Que Deus abençoe e recompense a cada um de forma particular pela amizade, carinho e companheirismo.

Em uma palavra, explicará como a alma e as paixões humanas, alternando-se insensivelmente, mudam, por assim dizer, de natureza; por que nossas necessidades e nossos prazeres mudam de objeto com o decorrer dos tempos; por que, desaparecendo gradativamente o homem natural, a sociedade só oferece aos olhos do sábio uma reunião de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas essas relações novas e não tem nenhum fundamento na natureza.

(Rousseau - Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens)

Nesta ocasião, o que tendes em demasia compensará o que eles têm de menos, para que um dia o que eles tiverem em demasia compense o que tiverdes de menos: assim haverá

igualdade

(2Cor 8,14)

RESUMO

A desigualdade entre os homens é a principal temática abordada por Rousseau no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. A questão inicial é qual seria a origem da desigualdade entre os homens, e se seria ela permitida pela lei natural. O caminho que Rousseau faz para responder esta questão é perpretando uma análise de um hipotético estado de natureza, no qual, segundo ele, o homem viveu a melhor fase de sua vida, até chegar ao estado civil, onde se desnaturalizou e passou a viver de maneira totalmente contrária ao estilo vivido no passado. Com o desenvolvimento dos progressos humanos- a instituição da propriedade privada, a criação das leis e dos magistrados-, a desigualdade social foi estabelecida entre os homens. Neste sentido, Rousseau conclui que a desigualdade social entre os homens não é permitida pela lei natural, mas pelas ações do próprio homem. Este, afastando-se da natureza se corrompeu e se envaideceu pela ânsia de poder e de riquezas, porque desejava a todo custo ser em tudo melhor e mais importante do que o seu próximo. Então, assim, a desigualdade social entre os homens teve origem expandindo-se por todo o mundo.

PALAVRAS CHAVE: ROUSSEAU. DESIGUALDADE SOCIAL. PROPRIEDADE PRIVADA. ESTADO DE NATUREZA. ESTADO CIVIL.

SOMMAIRE

L'inégalité parmi os mem est le principal main thème abbed por Rousseau pas de *Discours à propôs l'origine et les fondations d'inégalité parmi les hommes*. La question initial est ce que sérieux l'origine d'inégalité parmi les hommes, est si ele serait ele autorisé por la loi naturel. Le chemin qu'est-ce que Rousseau foire pour response ce question fait one analyse d'um hypothétique état de nature, dans lequel, ll a vécu le, meilleur phase de votre vie jusque'à pour se rendre à l'état civil, o h est né et passé vivre d'une manière contraire le style vécu par de passe. Avec développemnt de progrès humain- l'institution de la propriété private, la création des lois et les magistrats-, inégalité sociale était ètabili parmi les hommes. En ce sens, Rousseau autorisé por la loi naturel, plus pour les actions d'own man. Ce, tomber de nature ll a été corrompre et c'est brut pour l'ansi de puissance et riches, parce que díseré pour tout coût d'être em tout best et plus importante de quoi votre prochain. Alors, so, l'inégalité social entre les hommes avait à origine s'élargis par tout o mundo le monde.

MOTS-CLÉ: ROUSSEAU. INÉGALITÉ SOCIALE. PROPRIÉTÉ PRIVÉE. ÉTAT DE NATURE. STATUT CIVIL.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO CIVIL.....	13
2.1 O contexto circuncidante para Rousseau estudar a desigualdade	13
2.2 O Estado de Natureza segundo Rousseau	15
2.3 Os primeiros sinais de progresso identificados por Rousseau no Estado de Natureza.....	20
3 A PROPRIEDADE PRIVADA COMO FUNDAMENTO DECISIVO DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	24
3.1 O estabelecimento da lei e do direito da propriedade	24
3.2 A instituição da magistratura.....	27
3.3 A transformação do poder legítimo em poder arbitrário	29
4 A DESIGUALDADE SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA ALTERAÇÃO NA NATUREZA HUMANA	33
4.1 A valorização do homem pela aparência.....	33
4.2 A necessidade do homem retornar a sua verdadeira natureza	35
4.3 A restauração da natureza humana e o restabelecimento da sociedade civil	38
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Dentre as várias questões sociais existentes na história da humanidade, perdura nos tempos atuais a desigualdade social. Esta se apresenta como uma das mais cruciais e, por isso, não podemos deixar de refleti-la observando as suas causas e os efeitos na vida dos homens e mulheres. Evidenciamos tal fenômeno ao constataremos que há um maior número de pessoas pobres na sociedade que sobrevivem com as mais gritantes formas de miséria negando a essas uma vida digna.

Neste trabalho, fazemos uma reflexão acerca da desigualdade social tendo como base a teoria política do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, a partir de sua obra *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Esta reflexão se faz necessária, dada a relevância que é a questão da desigualdade social para a humanidade, mediante as consequências degradantes que ela traz consigo.

A compreensão de desigualdade social entre os homens fundamenta-se no surgimento da propriedade privada, conforme nos apresenta Rousseau em seu *Discurso*. Esta é, para ele, enquanto sinônimo de poder e dominação, o que dá condições para que um pequeno grupo de ricos exerça o controle sobre o restante da sociedade, os pobres destituídos deste bem material.

Decorrente do início da propriedade privada difundiu-se rapidamente a desigualdade social entre os homens. Muitos são os sinais que apontam para esta realidade: a fome, a pobreza extrema, a falta de emprego, a desnutrição, a marginalidade, a violência e tantos outros sintomas perceptíveis na sociedade, que assinalam as consequências produzidas pelo sistema capitalista que sobrepõe à produção de bens materiais e o lucro acima da dignidade da pessoa humana.

Neste trabalho apresentamos também outros aspectos importantes para essa discussão, como aqueles que antecedem a ocorrência da propriedade privada. Expomos as principais características do estado de natureza, os acontecimentos que levaram os homens a saírem deste estado e os conduziram ao estado civil, onde passaram a viver de forma totalmente diferente daquele estilo de vida pacato do estado natural.

Na pretensão de ser fiel ao pensamento de Rousseau e à realidade que nos envolve, procuramos seguir sua reflexão desde o estado de natureza até o estado civil na obra estudada. Abordamos os efeitos da desigualdade social que perduram na sociedade hodierna, derivados da constituição e consequentemente da legalização da propriedade privada. Por conseguinte, salientamos que se o homem fizer um retorno a sua própria natureza para resgatar a sua

bondade interior, possivelmente a sociedade corrompida ainda poderá ser reestruturada para o bem.

Compreendemos que a interpretação de Rousseau sobre a desigualdade social entre os homens, escrita no século XVIII, ainda mantêm-se atual para a compreensão da desigualdade social presente na sociedade capitalista do século XXI.

2 A PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA AO ESTADO CIVIL

Diante da questão sobre a origem da desigualdade entre os homens, Jean-Jacques Rousseau fez um estudo a partir do próprio homem e do seu modo de vida desde os primórdios de sua existência até chegar o ponto que para ele foi o marco inicial das desigualdades: o estabelecimento do estado civil com a constituição da propriedade privada, conforme será mostrado adiante. Na primeira parte do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau se deteve em mostrar como era a vida humana no estado de natureza. Neste estudo, Rousseau não somente apresentou os aspectos que para ele foram positivos, como fez uma defesa deste período áureo para a humanidade.

Diversas são as qualidades assinaladas por Rousseau sobre o homem e o estado natural em que viveu, a começar justamente por essa ligação íntima entre o homem e o ambiente no qual foi gerado e do qual não deveria ter saído.

2.1 O contexto circuncidante para Rousseau estudar a desigualdade

O problema da desigualdade social presente entre os homens de hoje e do passado, tão discutido não somente por seus efeitos, mas também por suas causas, fora proposto pela academia de Dijon na França em 1753. Esta promoveu um concurso premiando a pessoa que melhor apresentasse a resposta para a seguinte questão: *Qual será a origem da desigualdade entre os homens e será ela permitida pela lei natural?* Mediante tal questionamento, o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau se propôs a apresentar fundamentos que fossem capazes de respondê-lo e, assim, o fez.

É importante ressaltar que um autor nunca parte para uma reflexão desse tipo motivado apenas por influência da academia, apesar desta ser inegável. Contudo, interfere seu contexto vital, vida, família, educação familiar, e o contexto social em que ele está inserido, a sociedade, suas crises, a política, a corrupção em todos os níveis etc. Desse modo, podemos dizer que Rousseau não estava interessado apenas em conquistar um prêmio acadêmico, como de fato não o conquistou, mas aproveita a oportunidade do concurso para expressar-se contra

uma série de problemas que afetavam a vida em sociedade no século XVIII, período do Iluminismo¹.

Dentre outros, Rousseau é apontado como sendo um dos principais representantes do Iluminismo, embora, tenha convicções pessoais sobre o progresso contrárias às propagadas neste movimento. Para Rousseau, nem tudo o que se pregava como sendo progresso é benéfico às pessoas, o que denota uma essencial diferença com relação aos demais iluministas, que atribuíam à razão e ao progresso a solução para todos os problemas da sociedade.

[...] Rousseau já não acreditava que uma crescente CIVILIZAÇÃO pudesse conduzir a maior satisfação das potencialidades humanas; não acreditava que a RAZÃO fosse capaz de provar a existência de Deus e de sustentar a crença religiosa-pelo contrário, só produziria um cinismo e ceticismo incapacitadores. Passou a sentir que as questões humanas e a ordem social dependiam mais da virtude e da lealdade do que do conhecimento e aceitação de princípios racionais de conduta. Nesses e em outros aspectos, Rousseau não só se distancia da trivial confiança de que tudo podia ser explicado, de que a conduta humana era suscetível de orientação puramente racional, de que toda a mudança significava progresso para um futuro melhor e feliz, mas foi hostil a tal confiança. Passou a valorizar cada vez mais um sentimento de mistério, humildade e submissão como fiel aos mais profundos movimentos do coração humano (DENT, 1996, p.145).

Desse modo, o pensamento de Rousseau terá grande influência em movimentos como a Revolução Francesa e o chamado Romantismo do século XIX, pois as suas ideias estão ligadas a liberdade e a soberania do povo. Critica a sociedade francesa da sua época que é um tipo de sociedade que prende o homem, não pelo fato de possuir regras, mas pelo excesso destas, a ponto de tornar-se um fardo muito pesado. A crítica de Rousseau é contra os abusos da nobreza sobre o restante da população francesa, isto é, contra a massa oprimida.

Naquela época, a França era a maior e mais poderosa nação da Europa, mas continuava, em sua maior parte, rural e atrasada. A disseminação do conhecimento era vista como a única maneira de trazer o país para o mundo moderno. A França vivia sob o autocrático Ancien Régime, com o indolente

¹O Iluminismo foi um movimento de ideias, de um conjunto de mudanças graduais no pensamento religioso, científico, social e político que ocorreram na França no século XVIII. As principais figuras do movimento consideravam-se engajados na tarefa de eliminar mistérios, obscurantismos, o amontoado de tolices acumuladas por ideias e instituições obsoletas que estorvavam o progresso do homem. No lugar deles seria implantado o que era transparente em seu objetivo e funcionamento racional, libertador e progressista. Em particular, seria superado o controle da Igreja-especificamente da Igreja Católica-sobre o ensino, a lei, o governo e as questões do homem (DENT, 1996, p.143-144).

Luís XV e sua corte de 20 mil poderosos reinando a partir do gigantesco palácio de Versalhes, um pouco ao sul de Paris (STRATHERN, 2004, p.17).

As injustiças provocadas pelos abusos da nobreza, que do palácio ditavam as regras que a população deveria cumprir, deixavam Rousseau insatisfeito. Esse modelo de sociedade onde um pequeno grupo domina a maior parte da população não é um modelo ideal. A Corte repleta de privilégios não se importava com a população de necessitados espalhados por toda a França. Embora fosse tão poderosa para a Europa, era um país marcado por atrasos no nível social e econômico.

Certamente, esse contexto vivido por Rousseau influenciaria bastante para que ele participasse daquele concurso, e, apresentasse argumentos dignos de serem considerados fundamentais para compreender a situação de injustiça e desigualdade social, ainda presente no modo de viver das pessoas. Enquanto uns se beneficiam de tantas regalias, privilégios e luxos, outros não têm o direito de ter ao menos o essencial a sua sobrevivência.

Rousseau fez então esse resgate da história da humanidade, pautando-se na hipótese de um possível estado de natureza, onde as condições de vida dos homens eram bem parecidas, diferenciando-se apenas nas características que são próprias da condição natural do homem. Passando, pois, a experimentar significativas alterações à medida que a razão e as habilidades individuais instituíram uma outra configuração social, conforme abordaremos nas páginas seguintes.

2.2 O Estado de Natureza segundo Rousseau

Jean-Jacques Rousseau para falar sobre a origem da desigualdade entre os homens parte da análise de um hipotético estado de natureza, como tendo sido o estado primeiro do homem. Desenvolve a sua teoria descrevendo as várias transformações que ocorreram no decurso do tempo até que o homem chegasse ao estado civil, onde, segundo ele, definitivamente se estabeleceu a desigualdade social.

Para falar sobre o homem, Rousseau parte da natureza. Para ele, tudo o que é da natureza é verdadeiro. De acordo com o filósofo genebrino, o homem no estado de natureza vivia em condições totalmente diferentes das que são próprias do estado civil, ou seja, era um modo de vida rústico, onde a simplicidade habitava. Até que pelo desenvolvimento das qualidades de cada um, a educação recebida e os hábitos aperfeiçoados, chegou a um novo

modelo de vida. O estado civil, segundo Rousseau, falseia a natureza do homem, mas não consegue destruí-la completamente.

Oh! Homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me; eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente. Tudo o que estiver nela será verdadeiro; só será falso aquilo que, sem o querer, tiver misturado de meu. Os tempos de que vou falar são muito distantes; como mudaste! É, por assim dizer, a vida de tua espécie que vou descrever de acordo com as qualidades que recebeste, e que tua educação e teus hábitos puderam falsear, mas que não puderam destruir. Há, eu sei, uma idade em que o homem individual gostaria de parar; de tua parte, procurarás a época na qual desejarias que tua espécie tivesse parado. Descontente com teu estado presente, por motivos que anunciam à tua infeliz posteridade maiores descontentamentos ainda, quem sabe gostaria de retrogradar. Tal desejo deve constituir o elogio de teus primeiros antepassados, a crítica de teus contemporâneos e o temor daqueles que tiveram a infelicidade de viver depois de ti (ROUSSEAU, 1997, p.53).

Ainda nas primeiras páginas do *Discurso*, pode-se perceber que é atribuído um elevado valor ao estado de natureza, por ser verdadeiro e harmonioso, dentre tantas outras boas qualidades. O ambiente em que o homem vivia no início de sua história era marcado pela abundância natural, onde tinha tudo o que necessitava, os frutos, a água, enfim, tudo o que era necessário para sua sobrevivência. Havendo, assim, uma harmonia muito forte entre homem e a natureza. A vida humana no estado de natureza era tão simples que o homem se preocupava na maioria das vezes em adquirir a sua alimentação, livrar-se dos animais ferozes e descansar.

A terra abandonada à fertilidade natural e coberta por florestas imensas, que o machado jamais mutilou, oferece, a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie. Os homens, dispersos em seu seio, observam, imitam sua indústria e, assim, elevam-se até o instinto dos animais, com vantagem de que, se cada espécie não possui senão o seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença exclusivamente, apropria-se de todos, igualmente se nutre da maioria dos vários alimentos que os outros animais dividem entre si e, conseqüentemente, encontra sua subsistência mais facilmente do que qualquer deles poderá conseguir (ROUSSEAU, 1997, p.58).

O estado de natureza, para Rousseau, era um estado que todos eram iguais, uma vez que a única desigualdade que poderia ser encontrada ali, era a desigualdade natural ou física. Somente depois surgiu a desigualdade moral ou política:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na

diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e as qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles (ROUSSEAU, 1997, p.51).

O homem vivia de forma selvagem e livre, diferentemente da vida em sociedade, onde são muitas as regras que lhes são impostas, retirando a liberdade² do estado natural. Vivendo de forma livre nas florestas o homem era feliz. O verdadeiro modo de ser do homem, ou seja, a sua essência verdadeira, pode ser encontrada no estado de natureza, onde longe de saber o que era bem ou mal o homem agia apenas por instinto. É justamente nisto que consiste, por exemplo, a diferença de Rousseau para Hobbes³ quando se refere ao modo de ver o estado de natureza.

Rousseau é contrário ao pensamento de que o estado de natureza é um estado de completa selvageria e de guerras constantes. Assim afirma: “Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater” (ROUSSEAU, 1997, p.59). Enquanto Hobbes se detém a olhar o homem a partir de suas ações no estado civilizado e assim julgá-lo no estado de natureza, de igual modo, Rousseau se aprofundou no resgate da história da humanidade e concluiu que o homem em sua essência é bom, o convívio em sociedade é que o desvirtua. “É o seu frequente estribilho de que o homem é por natureza bom mas pervertido e corrompido pela sociedade” (DENT, 1996, p.48)

Antes que as artes e as luzes se tenham propagado, o *fato* humano não está suficientemente desenvolvido para opor-se a um direito ainda não expresso: o homem primitivo é “bom” porque não é bastante ativo para fazer o mal. É um julgamento retrospectivo do homem moralista que decide dessa bondade. Quanto ao homem da natureza, vive “ingenuamente” em um mundo amoral, ou pré-moral. A diferença do bem e do mal não existe para sua consciência limitada (STAROBINSKI, 2011, p.41, grifo do autor).

² A liberdade é, em essência, isto. Ninguém, segundo Rousseau, nasce numa situação pela qual está obrigado (*de jure ou de facto*) a obedecer a vontade de outrem, pela qual é responsável perante outrem por suas ações. Cada um de nós é, portanto, original e exclusivamente responsável por si e para si próprio, diretor soberano de suas próprias ações, sem ter que explicar-se ou responder perante ninguém mais. (DENT, 1996, p.157).

³ A condição em que os homens se encontram naturalmente é uma condição de guerra de todos contra todos. Cada qual tende a se apropriar de tudo aquilo de que necessita para a própria sobrevivência e conservação. E como cada qual tem direito sobre tudo, não havendo limite imposto pela natureza, nasce então a inevitável predominância de uns contra os outros (REALE, 2004, p.82).

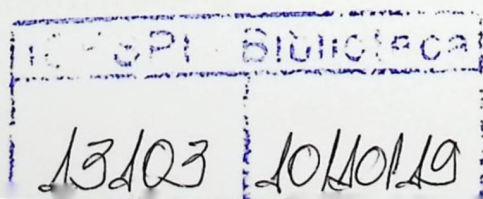
No estado de natureza o homem é resistente e forte, de modo que não dispõe de outro instrumento de defesa na luta por sua sobrevivência que não o próprio corpo. Tendo tudo a sua disposição, Rousseau evidencia que as necessidades desse homem no ambiente natural consistem, portanto, na sua alimentação, em uma fêmea para a conservação de sua espécie e no descanso, e que os males que lhe aflige é a dor e a fome. Vivendo de maneira tão natural, o homem era capaz de sobreviver de forma muito simples, pois tudo estava ao alcance de suas mãos, sem haver a necessidade de utilizar se quer um galho para poder capturar o seu alimento ou fazer a sua defesa. Pois quando isso foi preciso é porque ele começava a sair lentamente desse estágio de sua vida.

As relações entre os machos e as fêmeas ocorridas nesse estado não eram fixas e tinham como intuito a perpetuação da espécie, tanto é que com a mesma facilidade com que se uniam, se separavam logo que realizavam a sua necessidade física. O sentimento de amor não era regulamentado como na sociedade civil por leis que oficializam a união de um homem e uma mulher. Os sentimentos entre eles não eram tão fortes quanto iriam se tornar depois. Rousseau mostra que a relação entre mãe e filho, por exemplo, acontecia de forma que ela cuidava dos filhos até eles conseguirem sobreviver sozinhos. A partir do momento em que eles eram capazes de adquirirem sua própria subsistência, saíam para as florestas e por vezes nem voltavam mais. Apesar de ser assim, se comparado a outras espécies, os cuidados das mães humanas possibilitava uma maior capacidade para a sobrevivência.

Seus filhos talvez andem tardiamente e com dificuldade, mas as mães os carregam com facilidade, o que constitui uma vantagem, que falta as demais espécies, nas quais, ao ser a mãe perseguida, vê-se obrigada a abandonar seus filhotes ou a regular seus passos pelos deles (ROUSSEAU, 1997, p.63).

Outra abordagem de Rousseau sobre o estado de natureza é referente a origem das línguas, embora ele não se estenda muito nessa questão, deixando para outros o aprofundamento de tal assunto. No entanto, a primeira forma de comunicação existente no estado de natureza foi o que ele chamou de grito da natureza, meio com o qual os homens se comunicavam quando se encontravam em uma situação de ameaça ou perigo para pedir ajuda, mas isso dificilmente acontecia. "Gritos inarticulados, muitos gestos e alguns ruídos imitativos compuseram durante muito tempo a língua universal" (ROUSSEAU, 1997, p.90).

Para Rousseau, dificilmente as línguas surgiram na convivência, ou na relação entre mãe e filhos, pois a mãe tinha a capacidade de compreender o filho mesmo quando este não falava. Depois, como mencionado anteriormente, não demorava tanto para que os filhos se



separassem de suas mães, então, era impossível a possibilidade de uma transmissão e aprimoramento de algum tipo de língua. O certo é que a instituição das línguas se deu de fato com o estabelecimento da sociedade.

Nesse ponto, podemos entrever um pouco melhor como o uso da palavra se estabeleceu ou se aperfeiçoou insensivelmente no seio de cada família, e pode-se ainda conjecturar como várias causas particulares puderam aumentar a linguagem e acelerar seu progresso, tornando-se assim mais necessária (ROUSSEAU, 1997, p.91).

Deportando ainda sobre o homem no estado natural, Rousseau destaca duas características relevantes sobre este. No homem natural existem alguns sentimentos que ele chama de amor de si⁴ e a piedade natural. O amor de si está relacionado com a sua conservação natural e o desejo de autopreservação da espécie, diferentemente do amor próprio, que é um sentimento egoísta pelo qual o homem pensa somente em si. Quanto à piedade natural, esta é uma característica de inestimável valor, pois não se trata simplesmente de um desejo de autopreservação, mas está relacionada com o sentimento de compaixão que sentia pelo outro mediante o seu sofrimento. Tal sentimento pode ser percebido de forma verdadeira na relação materna e até mesmo em outras espécies de animais. A piedade natural é, de fato, a capacidade do homem sensibilizar-se com a dor alheia e ser solidário com o próximo.

Por último, algo que é respaldado por Rousseau, dentre os principais aspectos referentes ao homem e ao estado de natureza, mediante a harmonia que existe entre ambos, é uma importante distinção existente entre o homem e os outros animais. O filósofo apresenta a perfectibilidade que consiste, na capacidade de aperfeiçoamento que o homem possui, e a facilidade de desenvolver habilidades com o auxílio das circunstâncias que o envolve. Diferente dos demais animais que permanecem durante toda a vida do jeito que nasce, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades, conseguindo progredir para além da condição em que nasce. É justamente por essa capacidade de aperfeiçoamento que, na segunda parte do *Discurso*, Rousseau apresenta alguns sinais de progresso, ainda dentro do estado de natureza que evoluirão, instaurando de vez a desigualdade social entre os homens. O que será mostrado no tópico seguinte.

⁴O amor de si mesmo não está exclusivamente confinado a padrões instintivos de comportamento. Essa mesma preocupação geral pelo bem-estar individual manifesta-se quando entram em jogo a percepção consciente, a previsão e o conhecimento dos componentes do individual. A necessidade de prover o futuro, ou de controlar os impulsos presentes se eles forem nocivos, requer uma deliberada regulação de conduta (DENT, 1996, p.37).

2.3 Os primeiros sinais de progresso identificados por Rousseau no Estado de Natureza

Na segunda parte do *Discurso* de Rousseau, podemos constatar alguns fundamentos que são relevantes na compreensão da desigualdade social estabelecida entre os homens. Muito embora, o estado de natureza para Rousseau seja o estágio da vida humana onde o homem vivia bem, em harmonia com a natureza, livre e feliz, é possível observar em sua descrição sobre este estado alguns sinais que vão se desenvolvendo até chegar ao estabelecimento de outras desigualdades.

Depois de ter provado ser a desigualdade apenas perceptível no estado de natureza, e ser nele quase nula sua influência, resta-me ainda mostrar sua origem e seus progressos nos desenvolvimentos sucessivos do espírito humano. Depois de ter mostrado que a perfectibilidade, as virtudes sociais e as outras faculdades que o homem natural recebera potencialmente jamais poderão desenvolver-se por si próprias, pois para isso necessitam do concurso fortuito de inúmeras causas estranhas, que nunca poderiam surgir e sem as quais ele teria permanecido eternamente em sua condição primitiva, resta-me considerar e aproximar os vários acasos que puderam aperfeiçoar a razão humana, deteriorando a espécie, tornar mau um ser ao transformá-lo em ser social e, partindo de tão longe, trazer enfim o homem e o mundo ao ponto em que conhecemos (ROUSSEAU, 1997, p.83).

Nesta segunda parte do *Discurso*, onde Rousseau fala sobre a sociedade civil, os vícios e males nela existentes, pontua-se como sendo principal causa da desigualdade social a origem da propriedade privada, mas essa questão será mais aprofundada no capítulo seguinte. O fato de mencionar esse fundamento filosófico de Rousseau consiste em afirmar que houve uma razão pela qual a desigualdade social teve início. No entanto, existem precedentes, que assinalam para essa circunstância maior na história.

Sendo assim, ainda no estado de natureza, anunciam-se os primeiros progressos na vida do homem, que se deram através das dificuldades do próprio meio natural onde estava inserido, como por exemplo, a convivência com os demais animais que, por vezes, era um desafio. Desse modo, sublinham-se como primeiros progressos os exercícios do corpo, a descoberta de armas, como pedras e galhos, e as disputas entre os próprios homens para garantirem sua subsistência. A princípio são progressos simples, no sentido de que estão no início, mas não o são, dada a sua expansão e os seus resultados conforme o passar do tempo.

Essa foi a condição do homem nascente; essa foi a vida de um animal limitado inicialmente as sensações puras que, tão-só se aproveitando dos dons que a natureza lhe oferecia, longe estava de pensar em arrancar-lhes alguma coisa. Mas logo surgiram dificuldades e impôs-se a aprender a

vencê-las; a altura das árvores, que o impedia de alcançar os frutos, a concorrência dos animais que procuravam nutrir-se deles, a ferocidade daqueles que lhe ameaçavam a própria vida, tudo o obrigou a entregar-se aos exercícios do corpo; foi preciso tornar-se ágil, rápido na carreira, vigoroso no combate. As armas naturais, que são os galhos de árvores e as pedras, logo se encontraram em sua mão. Aprendeu a dominar os obstáculos da natureza, a combater, quando necessário, os outros animais, a disputar sua subsistência com os próprios homens ou a compensar-se daquilo que era ceder ao mais forte (ROUSSEAU, 1997, p.88).

O homem começa a se dispersar e não mais permanece por muito tempo em um só lugar, se espalhando por outras regiões da terra. Então, necessitou se adaptar às diferentes estações do ano, o que fez com que viesse a descobrir, por exemplo, o fogo, a caça e a pesca.

Surgidas então as primeiras dificuldades, o indivíduo deve recorrer a própria iniciativa ou exercitar sua criatividade para aprender a vencê-las. A altura das árvores, por exemplo, ou a concorrência com outros animais, levou-o a exercícios corporais. As condições climáticas- os longos invernos ou os longos verões- levaram-no a uma nova indústria: alguns inventaram a pesca, e os outros, em condições diferentes, a caça. Se considerarmos a figura do próprio homem, vamos perceber alterações. Ao animal limitado as puras sensações que era o primitivo puro, vemos suceder um indivíduo novo, que já é capaz de estabelecer relações entre as coisas e que já se acha dotado de uma espécie de reflexão ou “uma prudência maquinal que lhe indica precauções as mais necessárias a sua segurança”. Surge, portanto, um conhecimento maior de si mesmo e concomitantemente conhecimento maior de seu semelhante enquanto tal (FORTES, 1989, p.41).

Mediante os desafios que encontrava, descobria as formas de se defender e, por esse motivo, alguns dos homens começavam a sentir certo tipo de orgulho por essas capacidades manifestas mais em alguns do que em outros. O sentimento de grandeza e superioridade começa a se desenvolver no coração do homem. “[...] fica claro que assim que as pessoas começavam a desfrutar relações fixas umas com as outras, as condições estavam prontas para a emergência da competitividade, do ciúme e da agressão [...]” (STANGROOM, 2008, p.66).

Outro sinal de progresso, mencionado ainda no estado de natureza, foi justamente o fato dos homens começarem a construir laços recíprocos de interação entre eles. Ou seja, firmarem compromissos que eram provenientes de interesses comuns. Uma vez vivendo isolados uns dos outros, perceberam que viver em grupo seria mais fácil para lidar com alguns desafios encontrados na natureza, como a própria defesa contra os perigos dos animais selvagens, e a coleta de alimentos. Dessa maneira, tem-se o primeiro modelo de grupos familiares, de relações entre pais, mães e filhos de forma mais acentuada ou permanente. Pois, até então isso era algo incomum e até mesmo inexistente entre os homens.

Os primeiros progressos do coração resultaram de uma situação nova que reunia numa habitação comum os maridos e as mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver junto fez com que nascessem os mais doces sentimentos que são conhecidos do homem, como o amor conjugal e o amor paterno. Cada família tornou-se uma pequena sociedade, ainda mais unida por serem a afeição recíproca e a liberdade os únicos liames e, então, se estabeleceu a primeira diferença no modo de viver dos dois sexos, que até aí nenhuma apresentavam. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e acostumaram-se a tomar conta da cabana e dos filhos, enquanto os homens iam procurar a subsistência comum. Os dois sexos começaram, assim, por uma via um pouco mais suave, a perder alguma coisa de sua ferocidade e de seu vigor. Mas, se cada um em separado tornou-se menos capaz de combater as bestas selvagens, em compensação foi mais fácil reunirem-se para resistirem em comum (ROUSSEAU, 1997, p.90).

Na narração desses primeiros avanços, ainda no estado de natureza, podemos perceber o caminho que a humanidade percorre até chegar ao estado civil, onde o progresso de fato será mais evidente.

Rousseau constrói, assim, a ponte através da qual o bom selvagem deixa o estado de natureza para se encaminhar com passos cada vez mais determinados e menos felizes para a sociedade civil, como a presa atraída pela isca sedutora penetra na armadilha da qual não mais escapará. [...] Compromissos, alianças, amizades concorrem para multiplicar a capacidade humana de melhorar as condições de subsistência e aumentar cada vez mais o bem-estar dos indivíduos. Mas essa conquista traz embutida a semente do infortúnio humano que brota necessariamente da vida em sociedade. Então, num movimento aparentemente paradoxal, o homem primitivo vai mergulhando cada vez mais profundamente nas águas da sociedade, contaminadas pelos germes das paixões desenfreadas que sufocam suas qualidades naturais e irremediavelmente o empobrecem e infelicitam (LEOPOLDI, 2002, p.164).

O que vemos neste momento é que o homem começa a distanciar-se do seu estado natural. Estabelecidos esses primeiros passos rumo ao constante progresso, o homem não mais se encontra plenamente no estado de graça onde habitou por certo tempo. No entanto, ainda não tinha chegado a atingir completamente o estado civilizado. Ele encontrava-se entre um estado e outro. Este período, Rousseau intitulou de idade do ouro ou juventude do mundo.

Nessa fase de passagem, o progresso começa a trazer implicações, como o surgimento das habitações enquanto propriedade, que podem ser entendidas até mesmo como a constituição das famílias. Portanto, esse é o período que antecede definitivamente o estado civil, destarte o considerável número de progressos destacados pelo filósofo:

Salto multidões de séculos, forçado pelo tempo que decorre, pela abundância das coisas que tenho a dizer e pelo progresso quase insensível desses

preliminares, pois, quanto mais lentos são os acontecimentos em sua sucessão, tanto mais prontos para serem descritos (ROUSSEAU, 1997, p.90).

Podemos compreender a partir da descrição de tais acontecimentos, que a passagem do estado de natureza para o estado civil não ocorreu de um momento para o outro. Foram sucessivos episódios que lentamente fizeram o homem sair de um estado, que na visão de Rousseau vivia melhor, e chegar a um estado em que se desnaturalizou por meio de vícios próprios do estado civil.

3 A PROPRIEDADE PRIVADA COMO FUNDAMENTO DECISIVO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Após analisar o percurso apresentado por Jean-Jacques Rousseau sobre a história da humanidade, podemos compreender como a desigualdade social teve início. Desde o estado de natureza, passando pela idade do ouro até a fundação da sociedade civil ocorreu uma série de acontecimentos que foi decisiva para a instauração definitiva da desigualdade social entre os homens. O surgimento da propriedade privada foi a principal causa para que se estabelecesse a desigualdade social, seguida de outros fatos como o surgimento das leis, dos magistrados e a transformação do poder legítimo em poder arbitrário.

3.1 O estabelecimento da lei e do direito da propriedade

Para Jean-Jacques Rousseau, o ápice do surgimento da desigualdade social se deu através da propriedade privada. A partir disso, os homens se encontravam distanciados dos primeiros modos de vida do estado de natureza, onde tudo era de todos e cada um se utilizava dos bens que a natureza oferecia de acordo com as suas necessidades. Envaidecido pelo desejo de ser mais do que o outro, lhe vem a ideia de posse da terra como meio e fonte de poder sobre os demais. De início devemos ressaltar que Rousseau não é contra a propriedade privada, mas sim contra o acúmulo total dos bens nas mãos de apenas algumas pessoas, enquanto que as demais ficam sem nada, conforme poderemos ver a seguir.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: Defendeis-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém (ROUSSEAU, 1997, p.87).

Assim a humanidade viu encaminhar-se uma série de crimes, guerras, assassinios e horrores provocados pela atitude precipitada desse primeiro homem. Mas, acrescente-se a isso o coração humano que, tomado pela ânsia de poder, foi levado a prática de atos ilegais, como o de apoderar-se do que é de todos e não pertencia a ninguém.

Assim sendo, a sociedade passa a ser dividida entre ricos e pobres, surgindo a primeira forma de desigualdade, a econômica. Neste caso, a posse da propriedade privada fica

justamente concentrada nas mãos dos ricos, que não hesitaram em adquirir todos os meios para dar legitimidade a esse ato, criando leis para legitimar o monopólio da mesma. A força física já não era suficiente para a proteção dos bens materiais, então são criadas normas e instituições com o objetivo de assegurar as terras, sinônimo de riqueza e poder. Com isto, a liberdade e o direito natural, que assegurava ao homem desfrutar de tudo que a natureza produz foram extintos.

As normas e as instituições surgem como forma de dar legitimidade aos ricos, isto é, os donos de terras. Ou seja, as leis vieram a favorecer justamente os que as fizeram. Não muito diferente do que ocorre na atualidade, as regras estabelecidas como leis naquele período tendiam a beneficiar, sobretudo os ricos, enquanto os pobres permaneciam vulneráveis diante de todo o contexto de desigualdade social.

Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo gênero humano ao trabalho, a servidão e a miséria. Vê-se com facilidade, como o estabelecimento de uma única sociedade tornou indispensável o de todas as outras e como foi preciso se unirem, por sua vez, para enfrentar forças conjuntas (ROUSSEAU, 1997, p.100).

Conforme Rousseau, a criação das leis que legitimam a posse da propriedade privada intensifica a situação da desigualdade social. Os interesses pessoais prevalecem em relação aos interesses comuns. Tanto na época de Rousseau como nos dias atuais o lucro de alguns em detrimento de outros se tornou algo banal. Não é difícil entender que o motivo pelo qual se deu a invenção das leis foi proteger os ricos proprietários. Os pobres viam-se privados de qualquer bem material e, assim sendo, não tinham nada em que se amparar além de suas próprias vidas.

Estabelecida a separação entre ricos e pobres, logo se estabeleceu um estado de guerra em que ricos, a qualquer custo, defendiam suas posses; pobres, aviltados, extorquiam para sobreviver; as paixões avolumavam-se, não sendo, assim, nada vantajoso para o rico tal estado de guerra, o que fez com que esses ricos construíssem meios de legitimação através de máximas e instituições (BRANCO, 2013, p.153).

Os conflitos gerados entre os homens adviram das difíceis realidades de sobrevivência que muitos foram submetidos. A divisão de ricos e pobres incita frequentes embates entre

ambos os segmentos, causando grande temor para a parte privilegiada com a possibilidade de perder tais privilégios, que se justificavam pela propriedade privada.

Podemos aplicar a atual realidade o fundamento do estabelecimento das leis, que legitimava a propriedade privada, enfatizado por Rousseau, pois observando com atenção, esta gera e mantém a desigualdade social entre os homens. Ao tempo em que o filósofo critica a realidade de seu tempo, estabelece fundamentos que nos permitem entender o motivo de tantas misérias existentes e espalhadas por todo o mundo.

Ao se contextualizar que vigora na atualidade o modelo econômico baseado na propriedade privada, que por sua vez, é o fundamento da sociedade capitalista, é possível advogar aqui o vigor do pensamento de Rousseau para explicar a desigualdade social que impera nas sociedades hodiernas.

As sementes da desigualdade social, plantadas desde o início, se proliferaram de tal forma que não há um só lugar onde não seja possível encontrar sinais de pobreza, fome e miséria. Evidentemente, em alguns lugares a desigualdade se credencia numa proporção maior do que em outros, como por exemplo, no Brasil.

Na sociedade capitalista vigente quanto mais à maioria empobrece, muito mais uma minoria enriquece. A ambição por poder e riquezas mencionados por Rousseau, ainda hoje continuam a guiar os pensamentos e ações de muitos homens, que se deixam seduzir pelo desejo de posses e por esse motivo se tornam insensíveis, desonestos e cruéis diante da situação de injustiça e miséria do seu próximo, criada pela ambição de propriedade e poder.

Como afirma Rousseau, se as leis foram criadas como forma de legitimar a posse e, por consequência, o poder, ainda hoje essa condição prevalece na medida que os artigos da lei que regem este país são mudados de acordo com os interesses dos mesmos que as elaboram. Quantos erros são praticados, mas por estarem enquadrados nos ditames da lei não podem ser revidados. A busca desenfreada do homem por uma vida boa, cômoda e estável o faz muitas vezes agir mal contra o seu próximo. O mais impactante é que esse comportamento não parece ressoar como um problema social para os mesmos.

No estado da natureza, não pode haver uma harmonia entre o interesse próprio e o interesse geral. O interesse do indivíduo não corresponde de modo algum ao da coletividade, ambos excluem-se mutuamente. Assim, nos primórdios da sociedade, as leis sociais são apenas um jugo que um quer impor ao outro sem pretender ele próprio submeter-se a esse jugo (CASSIRER, 1999, p.98).

Na sucessão dos fatos que Rousseau apresenta como tendo sido as causas da desigualdade social, a criação das leis foi de grande relevância nesse processo. Outros fatos também são de fundamental importância no *Discurso* de Rousseau, conforme serão apresentados na sequência deste tópico.

3.2 A instituição da magistratura

Com a criação dos magistrados a sociedade mais uma vez dá outro passo decisivo na sua história. A instituição dos magistrados fomenta a questão da desigualdade porque os magistrados não correspondem aos anseios almejados pelo povo. Deveriam eles se ocupar na conservação do bem comum, no entanto, não o fazem e por esse motivo beneficiam-se constantemente em detrimento do povo que sofre as consequências da desonestidade dos seus representantes. As três formas de poder apresentadas por Rousseau, são, em unanimidade causas de desigualdade.

As várias formas de governo têm sua origem nas diferenças mais ou menos profundas encontradas entre os particulares por ocasião da instituição. Um homem era eminente pelo poder, pela virtude, riqueza, ou crédito; só ele foi eleito magistrado e o estado tornou-se monárquico. Se inúmeros homens, quase iguais entre si, se sobrepunham aos demais, eram eleitos conjuntamente e fez-se uma aristocracia. Aqueles, entre os quais a fortuna ou os talentos eram menos desproporcionais e se encontravam menos distanciados do estado de natureza, tomaram em comum a administração suprema e formaram uma democracia (ROUSSEAU, 1997, p.109).

De acordo com o que observamos, no ato da escolha dos magistrados não se leva em consideração características que assinalem para o exercício de um governo reto na pessoa indicada para governar. O fato de se ter muito dinheiro, poder e crédito pode tornar mais viável que alguém venha a ser um magistrado, no entanto, os resultados já são todos conhecidos. O governo estabelecido não passa de uma forma de dominação por parte dos governantes sobre os governados. Constituídos de poder, agem da maneira que lhes convém, pois não entendem o poder como forma de prestar um serviço em favor do bem comum, mas de promover o bem próprio pelos abusos que cometem.

Os magistrados são constituídos para serem representantes do povo, portanto, em favor deste. Por isso, todas as suas ações deveriam estar de acordo com aquilo que viesse a favorecer o bem, a harmonia e a igualdade entre todos. Uma vez que se esquece de sua missão e do seu papel, o governo passa a ser uma tirania, na qual o povo serve aos que deveriam

servir em prol da liberdade e da conservação dos direitos da sociedade. A preocupação da maioria dos governantes é a perpetuação dos cargos, passando-os hereditariamente, de modo a garantir os privilégios que destes advém enquanto governantes.

Rousseau considera, por fim, um último momento neste processo, que é a instituição do governo quando se estabelecem os magistrados, ou seja, quando se entrega a particulares “a perigosa custódia da autoridade pública”, e aos magistrados a função de fazer-se respeitar as deliberações da comunidade. Tal sociedade e tal governo, surgido nestas circunstâncias e, sob este pacto iníquo, produziram a miséria e a opressão cujos resultados constatamos em nossa sociedade. O despotismo político tem aí suas raízes e, obviamente, nenhuma legitimidade (VIEIRA, 1997, p.61).

Quão distante se revela a ação dos governantes em relação aos sonhos dos seus governados! Os mais simples e necessitados do povo gostariam certamente de ter representantes que fossem defensores dos seus direitos e investissem os recursos públicos em prol da sociedade. O que lamentavelmente não constatamos.

De servidores do povo, os magistrados se fazem senhores supremos de suas próprias vontades. Há realidades gritantes de descaso com relação à população menos favorecida. Contudo nada é feito para que não pereça em suas necessidades mais básicas de sobrevivência.

A medida, porém, que os principais homens, pensando em si mesmos, encontraram espaços para tirar proveito de algumas situações, é por que outras coisas não pensam senão tornar definitivos seus “mandatos” para beneficiar seu grupo familiar. O povo, entretanto, já habituado com a subordinação, com o sossego e confortos da vida, por assim dizer, não mais forçava romper as algemas. De outro modo, se pode dizer que esse comportamento do povo só contribuiu com o aumento e quase legitimação da servidão, que se pautava pela ideia de garantir a maior “tranquilidade” possível. “Assim, os chefes tornando-se hereditários, acostumaram-se a considerar a magistratura como um bem de sua família e a si próprios proprietários do Estado, do qual a princípio não seriam senão funcionários”. Não obstante, ousavam classificar seus “concidadãos de escravos”, além de considerá-los não menos, não mais do que gado, entre os tantos bens que possuíam, e mais do que isso, se consideravam iguais aos “deuses” e por extensão aos “reis dos reis” (SANTOS, 2009, p.117).

A indicação de representantes pelo povo tinha como intenção que aqueles o representasse e, por conseguinte, fizessem com que as regras fossem cumpridas, a fim de que todos vivessem em paz e se sentissem seguros. Infelizmente, o povo é traído em sua confiança e, ao invés de protegido submetido ao jugo dos interesses particulares dos governantes.

Nesta fase, podemos perceber que, de fato, a desigualdade avança de forma exorbitante. O povo encontra-se numa atitude servil, subordinado as más ações dos magistrados. Os fortes que são a minoria dominam os fracos, que mesmo sendo a maioria não despertam para a situação de escravidão na qual vivem. Falta muitas vezes nos governados o auto reconhecimento de acreditar no seu potencial enquanto maioria, para que não deixem que os seus governantes se apoderem dos cargos a eles confiados e ajam com tirania, ditadura e absolutismo.

3.3 A transformação do poder legítimo em poder arbitrário

Na sucessão dos fatos, que para Rousseau foram os principais fundamentos na instauração definitiva da desigualdade, vem, por último, a transformação do poder legítimo em poder arbitrário ou despótico, fechando assim o círculo evolutivo da desigualdade social. Como vimos, mesmo com a formação dos governos, a desigualdade não cessou, antes, aumentou gradativamente. Pois, um tipo de governo pautado em interesses individuais e isolados se faz distante de um poder verdadeiro, transparente e voltado para o bem do povo.

É este o último grau de desigualdade, o ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de que partimos; então, todos os particulares se tornam iguais, porque nada são, e os súditos, não tendo outra lei senão da vontade do senhor, nem o senhor outra regra além de suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça desfalecem novamente; então seguindo um novo estado de natureza, diverso daquele pelo qual começamos, por ser este um estado de natureza em sua pureza, e o outro, fruto de um excesso de corrupção (ROUSSEAU, 1997, p.113).

Mais uma vez, a mudança ocorrida na sociedade fortaleceu as diferenças existentes entre os homens, afastando-os mais ainda uns dos outros, e dividindo-os em lados opostos. O que dificultou uma reaproximação destes, pois não se reconheciam mais pela condição e dignidade de pessoas, mas pelo status, funções ou cargos que desempenhavam enquanto membros de um novo modelo de sociedade, que valoriza o homem não pelo ser, e sim pelo ter. Assim, fomenta-se uma busca desenfreada pelo poder que torna um homem mais importante do que os outros, ao ponto de fazer deste poder, não um instrumento a serviço da comunidade, porém de dominação.

As distinções políticas levam necessariamente as distinções civis. Crescendo a desigualdade entre o povo e seus chefes, faz-se ela logo sentir entre os particulares e nesse meio se modifica de inúmeras maneiras segundo as

paixões, os talentos e as ocorrências. O magistrado não poderia usurpar um poder ilegítimo sem engendrar criaturas as quais é forçado a dar certa parte dele. Aliás, os cidadãos só se deixam oprimir quando, levados por uma ambição cega e olhando mais abaixo do que acima de si mesmos, a dominação tornasse-lhes mais cara do que a independência e quando consentem em carregar grilhões para por sua vez poder aplicá-los. É muito difícil reduzir a obediência aquele que não procura comandar e o político mais esperto não conseguiria submeter homens que só desejassem ser livres. Mas a desigualdade se expande, sem dificuldades, entre almas ambiciosas e covardes sempre prontas a correr os riscos da fortuna e a quase indiferentemente dominar ou servir, conforme lhes seja a fortuna favorável ou contrária. Eis como, seguramente, veio um tempo no qual os olhos do povo foram fascinados a tal ponto que aos seus condutores bastava dizer ao menor dos homens: "Sê grande, tu e toda a tua raça", para que logo ele parecesse grande aos olhos de todos e aos seus próprios, e seus descendentes e elevassem ainda mais a medida que dele se distanciavam; quanto mais a causa fosse distante e incerta, mais aumentava o efeito; quanto mais se pudesse contar com indolentes numa família, tanto mais ela se tornava ilustre (ROUSSEAU, 1997, p.110).

Por sua vez, as paixões que perseguem o homem fazem dele um ser apto a submeter-se a qualquer prática, mesmo que desonesta para conseguir o que deseja, como pode ser visto na citação acima. Não importa se o que está em jogo é a própria liberdade do homem, sua dignidade, ou sua felicidade futura, o que impera é a sua realização no agora. Trazendo o pensamento de Rousseau para hoje, observamos, particularmente no Brasil, a triste realidade que envolve a política hodierna, isto é, a corrupção. A sociedade se corrompe, ou seja, esquece de praticar os valores éticos e morais que podem conduzi-la a uma vida íntegra e de justiça social.

Os governantes se encontram na sua maioria inflamados por suas paixões e vícios corruptivos, como o acúmulo de riquezas de forma ilícita. Além do mais, a própria sociedade expõe-se a essa escravidão do poder corruptivo e o favorece, à medida que muitos dos cidadãos, também desejosos de possuir um cargo de influência, se deixam seduzir por vantagens pessoais ou familiares, comprometendo assim os seus direitos naturais e a sua liberdade.

É claro que essa obediência aos direitos naturais e as leis da natureza é restrita, pois a própria ideia de plena liberdade causa, segundo Rousseau, o uso inadequado do poder de oprimir o outro. O direito do mais forte, algo que corresponde a força natural, não deve imperar sobre as sutilezas e refinamentos inerentes a racionalidade humana. Quando Rousseau se refere a natureza, portanto, entenda-se que se trata de uma natureza racionalizada, moldada e adaptada as necessidades humanas, e não necessariamente a natureza como força bruta e descontrolada. Nesse sentido, o que é moral é melhor que o que é natural, e é assim que se podem esculpir as formas de ser

da sociedade, num misto do que há de melhor no homem e do que há de melhor na natureza (BITTAR, 2008, p.205).

A autossuficiência dos homens faz com que eles cometam abusos com consequências irreparáveis contra eles mesmos, como é o caso de não saber lidar com a sua liberdade e os direitos que lhes são dados pela natureza. Muitas vezes, eles utilizam as dádivas da natureza, como forma de dominação sobre os demais. Falta-lhes compreender que a felicidade que tanto procuram não se encontra apenas no fato de serem poderosos, ricos, talentosos, inteligentes. Mas sim, em saberem utilizar todas essas qualidades, inclusive a própria razão, para o exercício e a prática do bem. Portanto, podemos dizer que a felicidade consiste na prática do bem, tantas vezes esquecida e não realizada.

Enquanto os governantes, também a sociedade, não se convencerem de que o poder e o dinheiro são apenas meios e não fins para que se possa viver bem e em paz, o sofrimento que assola a humanidade perdurará. É interessante observar que para aqueles que julgavam o estado de natureza como sendo um estado de completa selvageria e de guerra, como é o caso de Hobbes, olhando para o cenário desta sociedade civilizada e das leis, é como se a humanidade ao invés de progredir pela razão, como afirmavam muitos dos iluministas, ela retrocede no tempo e na história, pois os homens permanecem com as mesmas atitudes dos selvagens conforme dizia Hobbes.

A rebelião que finalmente degola ou destrona um sultão é um ato tão jurídico quanto aqueles pelos quais ele, na véspera, dispunha das vidas e os bens de seus súditos. Só a força o mantinha, só a força o derruba; todas as coisas se passam, assim, segundo ordem natural e, seja qual for o resultado dessas revoluções breves e frequentes, ninguém pode lamentar-se de outrem, mas unicamente de sua própria imprudência ou de sua infelicidade (ROUSSEAU, 1997, p.113).

As lutas, as guerras, as disputas pelo poder e a ganância são constantes na sociedade civilizada e dos magistrados. O século das luzes, parece não ser tudo o que afirmavam pois a razão não se mostrou capaz de solucionar todos os problemas do mundo. Os homens se tornam escravos de si mesmos e de seus próprios projetos, quando se firmam, em sua maioria, tão somente em suas próprias capacidades e interesses.

Enfim, distantes dos valores vividos no estado de natureza, mesmo sem noção do que seria valor ou virtude, como defende Rousseau, os homens estão reduzidos a uma obediência obscura de um sistema corrompido, corruptor e cruel. A sociedade se encontra pervertida, perdida em meio a tantos males que foram provocados na medida em que os homens

afastaram-se do bem, da amizade, da fraternidade e do respeito pelo seu semelhante e instituíram a propriedade privada como fundamento regulamentador da vida social.

4 A DESIGUALDADE SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA ALTERAÇÃO NA NATUREZA HUMANA

Tendo analisado, sob a ótica dos fundamentos de Rousseau, a desigualdade social instituída entre os homens, mostraremos, enfim, neste capítulo, que apesar das alterações no modo de pensar e agir humano, não devemos desistir de acreditar numa reestruturação do próprio homem e, por conseguinte, da sociedade em que está inserido. Trata-se, portanto, de discutir sobre a ruptura do homem com o seu estado natural, com a vida pura e simples que mantinha, e adentrar na sociedade civil com todos os seus progressos. O homem maculou a sua imagem, mas não o seu ser profundamente, conforme acreditava veementemente o filósofo Rousseau.

A história da sociedade poderá seguir por novos rumos, a partir de uma reforma individual do homem, que voltando a sua própria natureza, ao seu interior, será capaz de resgatar os valores e a vivência de um modelo de vida comunitária, em que todos sejam educados para participarem da vida política e, dessa maneira, possam viver em situações igualitárias.

4.1 A valorização do homem pela aparência

Uma das principais características da sociedade civil se refere à mudança nas relações humanas. O homem, em razão de suas paixões, prioriza a posse de bens materiais esquecendo-se dos valores éticos e morais. Tais características englobam imprescindivelmente a caridade, o amor e o enaltecimento da dignidade do outro, independente daquilo que ele possui materialmente, mas pela sua condição de pessoa humana que de *per se* merece respeito, admiração e cuidados.

Com a instauração da sociedade civil, o acúmulo de riquezas materiais e o desenvolvimento das habilidades humanas, o relacionamento entre as pessoas se tornou superficial. Pois, cada um passa a ser valorizado e admirado de acordo com essas condições apresentadas. Quanto maiores forem as habilidades, os talentos e as posses, mais respeitada será a pessoa no meio social. De forma contrária, dificilmente alguém possui destaque no meio onde está inserido.

Se aqui coubesse entrar em pormenores, explicaria facilmente como, sem sequer imiscuir-se o Governo, torna-se inevitável entre os particulares a

desigualdade de consideração e de autoridade (s), desde que, reunidos em uma mesma sociedade, são forçados a comparar-se entre si e tomar conhecimento das diferenças reveladas no uso contínuo que tem de fazer uns dos outros. Essas diferenças são de várias espécies. Mas a riqueza, a nobreza ou a condição, o poder e o mérito pessoal sendo em geral, as distinções principais pelas quais as pessoas se medem na sociedade, provarei que o acordo ou conflito dessas forças diversas são a indicação mais certa de um Estado bem ou mal constituído (ROUSSEAU, 1997, p. 111).

Muito embora as pessoas sejam iguais diante da natureza e vivendo em uma mesma sociedade, elas não se consideram a partir desta perspectiva, mas como afirma Rousseau, passam a fazer comparações e medir seus valores pelas riquezas, pelo status de nobreza e pelo poder que exercem sobre as demais. Isso parece satisfazer os impulsos do coração humano que se orgulha na sua realização pessoal. O que está relacionado com uma característica que é bem própria do pensamento moderno e contemporâneo, em que o homem busca a realização imediata de seus prazeres, ou seja, uma sociedade hedonista, pautada na supremacia do prazer imediatista, egoísta e individualista.

Rousseau afirma ainda que esse panorama é resultado da forma que a sociedade foi constituída. Tendo sido alicerçada sob um pensamento individualizado, como o caso da propriedade privada, que já apresentamos no capítulo anterior. Isto posto, a mesma abriu precedentes para que todo o processo de relações futuras entre as pessoas pudessem estar ordenadas do mesmo modo como se deu no início. Verdadeiramente toda essa realidade constitui uma preocupação para Rousseau, mas deve também ser uma inquietação para todos os homens e mulheres de hoje.

Aqui tratamos de algo muito sério, no sentido de que é a própria vida dos homens que está sendo substituída pelas paixões e vaidades dos mesmos, diferentemente do passado onde eles não eram entregues aos apegos e viviam de maneira desprendida dos luxos e riquezas.

Mas onde existe ainda esse homem da natureza que vive uma vida verdadeiramente humana; que não leva em consideração a opinião dos outros, e que se deixa levar pura e simplesmente por suas inclinações e sua razão, sem atentar para o que a sociedade e o público aprova ou censura? Procuramo-lo em vão entre nós. Em toda parte apenas um verniz de palavras: em toda parte apenas a ambição por uma felicidade que existe simplesmente na aparência. Ninguém se importa mais com a realidade; todos colocam a sua essência na aparência. Vivem como escravos e bufões de seu amor-próprio- não para viver, mas para fazer outros acreditarem que eles vivem (CASSIRER, 1999, p.52).

A indagação de Cassirer com relação ao desaparecimento desse homem perdido no mundo dos vícios, que é a sociedade civil, é, de fato, pertinente e necessária, ao se impor a cada um de nós diante da sociedade atual. A humanidade vive de forma superficial e aparente, os homens enganam-se mutuamente ao renunciarem ao que, de fato, se constitui num auxílio para que tenham uma vida íntegra e verdadeira, como os bons costumes e a piedade natural. Deixam-se conduzir por parâmetros sociais, que na maioria das vezes os tornam dependentes da opinião alheia, e não de suas próprias convicções.

Debalde, parece ser a procura desse homem na atualidade. Em todos os lugares por onde se encontra a presença dos humanos, o convívio deles mostra-se envolto de enganos, fingimentos, disfarces, dissimulações, e, enfim, de tantos outros aspectos enganadores. A aparência apoderou-se da vida das pessoas substituindo a essência de cada uma. Não importa ser, o que importa é aparentar ser. As pessoas se preocupam em transmitir uma imagem para as demais, tendo em vista os julgamentos frequentes a que estão submetidas e os interesses pelos quais com a ajuda dessa imagem que transmitem poderão ser alcançados.

Tal, com efeito, a verdadeira causa de todas essas diferenças: o selvagem vive em si mesmo; o homem sociável, sempre fora de si, só sabe viver baseando-se na opinião dos demais e chega ao sentimento de sua própria existência quase que somente pelo julgamento destes (ROUSSEAU, 1997, p. 115).

Numa sociedade em que os seus cidadãos vivem desta maneira impera uma escravidão, pois de tanto se preocuparem com o que os outros irão pensar já não realizam suas vontades pessoais, mas agem somente para agradar ou convencer os demais. Esse é um tipo de sociedade corrompida, desnaturalizada e maculada pela vaidade e pelos interesses humanos. Viver de forma contrária ao que se prega, portanto, numa realidade como esta, é desafiador e conflitante, uma vez que quem ousa agir diferente e ser fiel ao que de fato é verdadeiro, pode ser mal interpretado e fadado a exclusão do convívio social pelos demais. Estes embora tenham muitas vezes consciência da farsa em que vivem preferem permanecer assim.

4.2 A necessidade do homem retornar a sua verdadeira natureza

Imerso entre tantas decepções e futilidades na busca por felicidade, a impressão que temos é que os homens deveriam reconhecer as limitações que lhes são naturais. Esta felicidade que buscam pode ter ficado perdida no modo de vida que ficou para trás e não está

somente no uso da razão e nos progressos. Distante do estado de natureza e separada por tantas transformações, a humanidade se encaminha cada vez mais para uma realidade onde os próprios homens vão se perdendo também e se distanciando uns dos outros e de sua própria essência, que é a bondade do coração que faz com que sejamos mais fraternos uns para com os outros.

Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil, e compelido tanto pelo instinto quanto pela razão a defender-se do mal que o ameaça, é impelido pela piedade natural de fazer mal a alguém sem ser a isso levado por alguma coisa ou mesmo depois de atingido por algum mal (ROUSSEAU, 1997, p.93).

A insistência de Rousseau no *Discurso* é justamente sobre esse distanciamento provocado pelo progresso humano, pela razão e pelas habilidades, motivos de os homens imigrarem do estado de natureza para o estado civil. O elogio de Rousseau ao homem no seu estado primitivo se direciona justamente à sua meiguice no relacionamento com os demais. No nosso parecer, a piedade natural ou a bondade humana é uma característica muito cara ao pensamento de Rousseau, pois ele a prioriza atribuindo-lhe uma condição de fundamental importância para a convivência das pessoas. Contudo, ao abandonar o seu estado natural o homem não a perde totalmente, mas obscurece essa qualidade sublime que lhe é tão singular.

Rousseau, na verdade, sempre defendeu uma pureza essencial e uma completa comunhão entre o homem e natureza como elementos para uma possível fuga dos males da sociedade de seu tempo. E afirma que os homens adquiriram uma superfície estranha como a estátua de Glauco, que oculta sua essência. Assim como a estátua sua natureza recebeu uma cobertura externa; desfigurada externamente devido ao tempo em que esteve submersa, a natureza humana também se acha cercada por uma cobertura externa, os homens também cobertos por uma camada de egoísmo e maldade que a ela se agregou pelo convívio em sociedade há uma grossa camada escondendo o homem natural dotado daquela “celeste e majestosa simplicidade com a qual seu Autor havia lhe marcado” (SILVA, 2014, p.15).

É importante ressaltar que Rousseau não pretende ou admite um retorno do homem para o estado de natureza. Na verdade, o que Rousseau propõe é que o homem deve fazer um retorno a sua própria natureza, ou seja, ao seu interior. É preciso que o homem busque dentro de si mesmo as soluções para os problemas que afetam a sociedade. É no seu interior que se encontra a bondade e as motivações necessárias para que a humanidade volte a viver em paz.

Em toda parte, ele nos mostra que a espécie humana em seu estado original era melhor [*mais sábia*] e foi mais feliz- e que se tornou cega, infeliz e má a medida que se afastou dele [...] Mas a natureza humana não caminha para trás- e jamais se pode retornar novamente a época da inocência e da igualdade quando já se afastou dela uma vez. Foi justamente nesse princípio que ele insistiu reiteradamente [...] Acusaram-no obstinadamente de querer destruir a ciência, aniquilar as artes [...] e mergulhar a humanidade novamente em sua primeira barbárie; muito pelo contrário, ele sempre insistiu na conservação das instituições existentes explicando que a destruição delas manteria vivos os vícios e eliminaria somente os meios para sua atenuação e abrandamento, e que apenas substituiria a corrupção pela violência desenfreada (CASSIRER, 1999, p.54).

A comunhão existente entre os homens e a natureza que os criou foi desfeita e por causa disso tantos males acontecem a partir de então. Voltando essa comunhão entre o homem e sua natureza, muitos desses males podem ainda ser reparados. Rousseau acredita na capacidade que o homem possui de reerguer-se, voltar a sua essência verdadeira e ser feliz na simplicidade. É possível que os homens abandonem esse estilo de vida onde as relações são aparentes e não verdadeiras: “o retorno à simplicidade e a felicidade do estado natural nos está vedado - mas o caminho para a liberdade permanece aberto, e ele pode e deve ser percorrido” (CASSIRER, 1999, p.55).

Inegavelmente, a sociedade encontra-se deformada, porém isto não está determinado para que não se possa voltar a harmonia que necessita. Para tanto, os homens precisam conscientizar-se de sua responsabilidade sobre as adversidades que ocorrem no dia a dia de suas vidas. O reconhecimento do sentimento de egoísmo, maldade, superioridade e vaidade que afetam e tentam destruir a humanidade é fundamental para este retorno a natureza primeira.

Os homens precisam desvencilhar-se de suas amarras e dessa forma retornarem ao mais profundo do seu ser. Para resgatar a piedade natural, a fraternidade, a sensibilidade e a compaixão, além de outros sentimentos, para que, desse modo, sem ter que regressar no tempo e na história, recomecem uma nova era em que ninguém tenha que sofrer por causa da mesquinhez e da avaréza. Uma sociedade onde reine a justiça e a fraternidade e todos vivam em paz e felizes. A felicidade de ver todos vivendo de forma digna é imensurável e quando se vive a fraternidade não falta o suficiente a ninguém.

Mas é a partir de uma reflexão e da ação a partir dos desesperados pela miséria e pelas desgraças históricas e sociais que se dá razão ao motivo para promover o humano e, ao mesmo tempo, coloca em xeque a discussão pública da miséria que envolve diversas causas de desigualdade social e a compreensão de bem estar e felicidade (JÚNIOR, 2012, p.101).

E, assim, podemos entender o retorno à natureza segundo Rousseau. Muito além do que um regresso na história da humanidade faz-se necessário um retorno a si mesmo. Uma reflexão acerca das ações que vieram a comprometer o futuro de várias gerações de pessoas inocentes, que já nascem subjugadas a padecer as consequências da desigualdade social, não está no passado da humanidade, mas se encontra no interior de todo homem e, por isso, é no interior do homem que podemos vislumbrar a mudança que almejamos.

4.3 A restauração da natureza humana e o restabelecimento da sociedade civil

Ao levarmos em consideração que os males presentes na sociedade atual são em grande parte consequências das ações humanas, podemos, então, a partir deste entendimento, imaginar que se os homens reavaliarem as suas ações e se comprometerem em não repeti-las, talvez seja possível um restabelecimento na vida da sociedade.

Como vimos no tópico anterior, apesar de todos os males praticados pelos homens, que trazem implicações negativas para a sociedade, Rousseau não desacredita que estes possam, tomando consciência de suas atitudes, dar um novo rumo a suas vidas e a toda humanidade. A vida em sociedade torna os homens dependentes uns dos outros e as ações que praticam provocam consequências para todo o meio social no qual estão inseridos. Portanto, juntos estes poderão reconstruir uma nova sociedade.

Para que a sociedade seja verdadeiramente restabelecida faz-se necessário que os homens extirpem de dentro do seu coração todo sentimento egoísta e se deixem guiar pelo dom da piedade natural e da solidariedade. Uma sociedade alicerçada sob os pilares do egoísmo e da sede por poder, tende a destruir os seus cidadãos e torná-los seres miseráveis, sofredores e sem perspectiva de vida.

A sociedade alicerçada sobre o orgulho, o egoísmo e a ambição do avarento ou do esbanjador é grande produtora de pobreza e de miséria, ignora os obstáculos para o crescimento das ciências e da expansão da cultura verdadeiramente humanas e omite-se a perceber a diminuição da qualidade de vida das classes pobres. A causa disso é o esbanjamento, a falta de controle e a destruição das riquezas ou o excessivo amor ao dinheiro gerador de acumulação de riqueza e concentração de bens (JÚNIOR, 2012, p.99).

Quantas situações de miséria e pobreza na sociedade atual! Muitos homens e mulheres sobrevivem com o mínimo necessário para que se tenha uma vida com dignidade. Quantos

jovens e crianças sem esperança de um futuro melhor, mediante as situações de desigualdade social, provocadas pela ambição dos ricos e poderosos que acumulam todos os seus bens somente para si. Na verdade, enquanto uns se apoderam das riquezas da nação, os pobres sofrem fome, frio, ficam sem um lar, sem educação, sem saúde, sem segurança e morrem desprezados sem nenhum amparo. O apego ao dinheiro é tão exagerado por parte de alguns, que ver os outros sofrendo por falta deste meio de sobrevivência não os sensibiliza em nada.

Seduzidos pelo ideal de ter sempre mais, os homens esquecem-se dos demais e até de si mesmos, isto é, de sua verdadeira essência, que é ser bom. Como vimos no tópico anterior, os homens se reconhecem pelo parecer e não pelo ser. Sendo assim, quanto mais possuem riquezas e bens materiais se sentem mais prestigiados e, por isso, buscam riquezas incessantemente.

O homem se aliena em sua aparência, Rousseau apresenta o parecer ao mesmo tempo como consequência e como a causa das transformações econômicas. De fato, Rousseau liga profundamente o problema moral e o problema econômico. O homem social, cuja existência já não é autônoma mas relativa, inventa sem cessar novos desejos que não pode satisfazer por si mesmo. Precisa de riquezas e do prestígio: quer possuir objetos e dominar consciências. Só acredita ser ele mesmo quando os outros o consideram e o respeitam por sua fortuna e sua aparência (STAROBINSKI, 2011, p.45).

De acordo com Rousseau em seu *Discurso* fica bem claro que a desigualdade social existente entre os homens não tem nada a ver com a desigualdade natural, e sim com a desigualdade moral ou política desenvolvida pelos homens. Ela está diretamente ligada aos progressos humanos, à luz da razão, a lei da propriedade privada, a presunção, a soberba e a tantos outros sentimentos individualistas que poderiam ser referidos aqui.

Esforcei-me por expor a origem e o progresso da desigualdade o estabelecimento e o abuso das sociedades políticas, quanto possam essas coisas deduzir-se da natureza do homem unicamente pelas luzes da razão e independentemente dos dogmas sagrados, que dão a autoridade soberana a sanção do direito divino. Conclui-se dessa exposição que, sendo quase nula a desigualdade no estado de natureza, deve sua força e seu desenvolvimento a nossas faculdades e aos progressos do espírito humano, tornando-se, afinal, estável e legítima graças ao estabelecimento da propriedade e das leis. Conclui-se, ainda que a desigualdade moral, autorizada unicamente pelo direito positivo, é contrária ao direito natural sempre que ocorre, juntamente e na mesma proporção, com a desigualdade física - distinção que determina suficientemente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, uma criança mandar num velho, um imbecil conduzir um sábio, um punhado de pessoas regurgitar superfluidades a multidão faminta falta o necessário (ROUSSEAU, 1997, p.115).

Como vemos nas últimas linhas do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, Rousseau conclui com a firme convicção de que a desigualdade social não teria outra origem se não pelo desenvolvimento das faculdades humanas. A firme instauração da propriedade privada através da lei dos homens e não da natureza permitiu, portanto, que a desigualdade se fortalecesse, pudesse se desenvolver em larga escala e se perpetuasse até os dias atuais.

Observamos que essa sociedade desde o seu início esteve pautada em interesses pessoais. Os homens fundadores da sociedade civil foram dominados pelos interesses particulares e não mais se atentaram para a multidão de miseráveis espalhados por todos os lugares da terra, sofrendores por falta de pão, justiça e dignidade.

Na perspectiva de sua obra, Rousseau deixa transparecer a necessidade de conhecer a origem e as causas do mal, que produziram o homem moderno dividido e pervertido, além da crença na sua reconciliação com a natureza e com seus semelhantes através da construção de um modelo de Comunidade que, corrigindo o erro localizado na desigualdade, possibilite a recuperação de sua humanidade mediante a construção de um projeto comum de sociedade baseada na homogeneidade e na liberdade (VIEIRA, 1997, p.47).

Durante quase todo o *Discurso*, Rousseau se remete ao homem fundador da sociedade civil, mas não se tem conhecimento deste homem, não se sabe ao menos o seu nome. Na verdade, podemos dizer que este homem continua a ser todos aqueles que ainda promovem a desigualdade social à medida que não se compadecem com as situações de pobreza existentes no mundo.

Toda essa reflexão consiste na tentativa de fazer com que as pessoas se reavaliem e percebam que são as responsáveis por tudo o que há de positivo e negativo na sociedade. Devemos, a partir de tal discernimento, esperar que haja uma mudança no âmbito social, a começar pela mudança de cada cidadão enquanto corresponsável pelo bem estar de todos.

O indivíduo como se diz, acha-se preso ao mecanismo social. Entretanto, o fato de estar preso, considerado como negativo no caso de um fracasso (a mesma observação aplica-se às reações psicológicas diante dos acontecimentos naturais), constitui a possibilidade positiva da ação. A ação é possível porque existem regularidades, não apesar delas: o indivíduo pode fazer projetos, elaborar planos, tomar decisões e discuti-las razoavelmente com outros indivíduos, porque a sociedade possui uma estrutura e porque esta é conhecível (o que não significa que ela sempre seja suficientemente conhecida e que uma decisão razoável sempre seja possível). O indivíduo está na mesma situação do físico que pode descobrir leis naturais porque está exposto às forças da natureza (WEIL, 1990, p.98).

Dessa forma, a relação indivíduo e sociedade é de fato profunda e não se destituem um do outro. Portanto, é correto afirmar que para que aconteça uma restauração no modo de ser da sociedade hodierna, os homens deverão mudar a si mesmos, como propõe o *Discurso* de Rousseau: que voltem ao seu estado natural, ao seu interior, e que busquem renovar as esperanças perdidas, o anseio por dias melhores onde todas as pessoas possam viver bem e não sejam atormentadas por tantos males e sofrimentos que perduram atualmente.

Não obstante, a volta do homem ao estado de natureza ou a sua autêntica bondade original nos cenários que se descortinam, apresenta-se como uma realidade de indubitável complexidade, o que se impõe especialmente nos meios necessários que demanda. Muito embora a proposta de Rousseau seja basilar para a transformação da nossa sociedade, vemos que juntamente a ela, outras alternativas devem ser consideradas. Mesmo que voltar ao estado de natureza ou a bondade do homem seja a solução da problemática, os caminhos ou métodos para isso é que constituem a dificuldade.

A educação é um meio para amenizar o problema da desigualdade social, conforme a proposta filosófica de Rousseau. Contudo, ainda que esta faça parte da estrutura social, ela sofre influência do sistema político que não oferece uma educação crítica que favoreça à reações e posicionamentos frente às opressões sociais. Ao contrário, muitos projetos educacionais são pensados para manter a sociedade em estado de alienação. Por exemplo, a educação brasileira que tem uma história de manutenção de um sistema político marcado por corrupção e interesses particulares, dificilmente irá oferecer um modelo de educação capaz de despertar os brasileiros para a realidade de suborno em que vivemos.

A educação, principalmente na infância, apresenta-se como um instrumento que forma o homem para viver em sociedade conservando a pureza e as virtudes desta idade primeira da vida humana. Para tanto a educação não deve corresponder somente aos interesses da elite e não deve ser apenas uma transmissão de ensinamentos tendenciosos à conservação de um sistema opressivo já estabelecido na sociedade civil como vemos atualmente. A educação deve ter como base as virtudes do homem na sua primeira fase de vida, ou seja, na infância, para que desse modo este futuro cidadão seja capaz de dialogar com o restante da sociedade e por meio do diálogo, da participação ativa e consciente, tenhamos uma sociedade menos desigual.

O papel da educação natural é o de evitar a criação de um pequeno tirano ou de um pequeno escravo. Devemos permitir que a criança encontre por si mesma os limites de suas próprias capacidades; devemos argumentar com ela apenas quando for suficientemente adulta para raciocinar – esta é a única forma de se criar o homem natural. A teoria política de Rousseau – a teoria da sociedade natural – persiste neste tema. Os homens, tais como são hoje em dia, não estão aptos à liberdade. Eles devem ser tornados aptos, e devem criar por si mesmos um Estado que assim os tornará: “Se o cidadão deve criar o Estado, o Estado, por seu turno, deve criar verdadeiros cidadãos” (CASSIRER, 1999, p.25).

Aqui vemos surgir, portanto, outra perspectiva de transformação social que é a educação como conscientização dos homens enquanto protagonistas na construção de sua história, e não apenas como meros expectadores de um sistema político e social que não dá oportunidades para que estes participem nas decisões referentes à dimensão comunitária ou política. Para além da educação, se faz com ela o protagonismo político e social por parte do povo e, portanto, se apresenta este como o eixo de transformação do panorama da desigualdade social entre os homens.

Por fim, entendamos essa perspectiva sem a presunção de acharmos que a estamos apresentando como sendo a solução definitiva para o problema da desigualdade social. Mas como uma forma de despertarmos uma reflexão sobre ela, o que constitui de fato o papel da filosofia em si, ou seja, o de não dar respostas acabadas às questões existentes, mas buscar essas respostas pelo o exercício do pensar e do diálogo constante entre as pessoas.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, que ora concluímos, apresentamos os fundamentos da desigualdade social na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de Jean-Jacques Rousseau. A partir desta análise mostramos como os fundamentos da desigualdade no *Discurso* de Rousseau contribuem para compreendermos o conceito de desigualdade social na sociedade capitalista.

Inferimos que é possível a partir da contribuição teórica de Rousseau entendermos os fundamentos que justificam a desigualdade social na sociedade capitalista. Pelo exposto, observamos que Rousseau admitia a existência de diferenças naturais entre os homens, porém afirmava que elas não são responsáveis pelas diferenças sociais. Tal compreensão, por sua vez, torna sua reflexão instigante à proporção que concebe a desigualdade como um fenômeno social, isto é, produzido pela própria sociedade.

O pensamento de Rousseau credencia a postular que a propriedade privada, essência do sistema capitalista, produz a desigualdade social amparada numa sociedade de mercado. Caracterizada por um sistema produtivo que garante o lucro a favor da classe dominante, ou seja, dos ricos, sustentado na propriedade privada dos meios de produção.

Tendo feito uma abordagem das principais características do estado de natureza e todo o percurso dos homens até chegarem ao estado civil, centralizamos a nossa reflexão acerca da propriedade privada como tendo sido, para o nosso filósofo, o fundamento principal na constituição do estado civil e consequentemente na solidificação da desigualdade social entre os homens.

A sociedade atual encontra-se repleta de diversos problemas sociais provocados pela desigualdade social. Encontrar uma resolução para esses males se constitui para todos nós um desafio a ser superado. Rousseau já assinala algumas alternativas como forma de minimizar este problema seja pelo retorno do homem a sua essência verdadeira ou bondade natural, seja pela educação natural. No entanto, para os nossos dias, muito embora sejam alternativas plausíveis, já não são suficientes no combate a desigualdade social. Sendo, portanto, de fundamental importância que cada cidadão assuma o seu papel político perante a sociedade e os desafios que lhes são impostos na construção de uma sociedade que garanta, para a maioria das pessoas, uma vida digna calcada numa distribuição de renda mais equitativa e justiça social.

Ao final deste trabalho o que podemos afirmar é a importância desta discussão para a sociedade atual e que a interpretação de Rousseau nos ajuda a entendermos as situações de

desigualdade social existentes em nossa sociedade. Não podemos, portanto, permanecer inertes mediante a situação de desigualdade e injustiça social, onde muitos dos nossos semelhantes clamam por direito a uma vida com dignidade. Se a situação de miséria que vivem muitas pessoas não se deve a natureza, mas a sociedade mantenedora de desigualdade social, que gera riqueza pela reprodução da pobreza, devemos reagir contra ela e quando não apresentar soluções imediatas, pelo menos mantermos a discussão atualizada, como se espera ser o papel da filosofia.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo C.B. Jean-Jacques Rousseau: a Vontade Geral e o Pacto. In: *Curso de filosofia política*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 199-205.
- BRANCO, Maria de Sá Castelo. *O direito natural e a desigualdade entre os homens no pensamento de Rousseau*. Teresina: Editora UFPI, 2013.
- CASSIRER, Ernest. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Trad. Erlon José Paschoal, Jézio Gutiere. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DENT, N.H.J. *Dicionário de Rousseau*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.
- BARBOSA JÚNIOR, Possidônio Ferreira. Justiça e política. In: *Justiça Política e Virtude Ética*. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2012. p. 57-102.
- LEOPOLDI, José Sávio. *Rousseau-estado de natureza, o "bom selvagem" e as sociedades indígenas*. Revista Alceu, Rio de Janeiro, v.2 (4), p.158 a 172 - jan./jun. 2002.
- REALE, Giovanni. Jean-Jacques Rousseau: o iluminista "herético". In: *História da Filosofia: de Spinoza a Kant*, São Paulo: Paulus, 2004 . p. 277-289.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SANTOS, José Meramolim. *A degeneração do homem em Jean-Jacques Rousseau: uma análise do segundo discurso*. Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2009.
- STAROBINSK, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- STRARTHEN, Paul. *Rousseau em 90 minutos*. Trad. Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- STANGROOM, Dr. Jeremy. *Pequeno livro das grandes ideias: Filosofia*. Trad. Silvio F. Antunha. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008, p.66-67.
- WEIL, Eric. A sociedade . In: *Filosofia Política*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1990. p.77-122.
- VIEIRA, Luiz Vicente. *A Democracia em Rousseau: a recusa dos pensamentos liberais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.